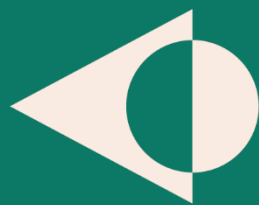


A política cultural
em São Paulo: desmonte e
pandemia



gabinete
paralelo
SP

Cultura

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO: as culturas em São Paulo e a Secretaria Municipal de Cultura	4
1. DESMONTE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS 2017 - 2020	7
2. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CULTURA	11

SUMÁRIO EXECUTIVO

- São Paulo é um dos maiores polos culturais do Brasil, com uma extensa e rica rede cultural, mas marcada também pela profunda desigualdade socioeconômica de nossa cidade;
- A diversidade de manifestações e expressões culturais expressam que não há apenas uma Cultura, mas Culturas em São Paulo, o que se opõe a lógica de gestão departamentalizada da Secretaria Municipal de Cultura;
- Longe de ser um órgão de proposição, gestão, mediação e incentivo de políticas, a SMC, entre os anos de 2017 – 2020, na gestão Doria/Covas, acabou se tornando um dos principais pivôs do desmonte da área da cultura;
- Além de drásticos cortes orçamentários, a SMC não chegou a executar os recursos previstos, perseguiu diversos movimentos de cultura, se posicionou contrária a importantes leis, como o programa VAI Idoso, não implementou políticas regulamentadas e desmontou programas de fomento com grande relevância para o combate da desigualdade;
- Apesar da área da cultura ser uma das mais afetadas pela pandemia de Covid-19 e representar cerca de 4% do PIB do Estado, tampouco houve uma atuação consistente da Prefeitura de São Paulo para oferecer apoio e alternativas.

INTRODUÇÃO: as culturas em São Paulo e a Secretaria Municipal de Cultura

A cidade de São Paulo concentra um dos maiores polos culturais do país, com uma extensa rede de museus, feiras, exposições, espaços e ocupações culturais, grupos e coletivos de teatro, dança, cinema, grafite, performance, arte urbana, além de ser uma das capitais do mundo mais importantes no campo gastronômico. Sua história é composta por muitas nacionalidades e influências, produzindo uma diversidade de manifestações e expressões culturais riquíssimas. São, na verdade, muitas Culturas, geridas pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) — enquadradas numa lógica de gestão departamentalizada, muitas vezes incapaz de contemplar as dinâmicas de culturas vivas e em movimento, imbricadas e interconectadas com diversos outros setores, como por exemplo educação, assistência social, turismo, entre outros, que devem ser pensados conforme uma perspectiva integrada de cidade, pensando o direito à Cultura como pilar fundamental para fruição da cidade.

A Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo deveria ser um órgão de proposição, gestão, mediação e incentivo de políticas para o que se entende como área da Cultura, ou das Culturas, que se manifesta através de seus programas e ações públicas, velando pelo patrimônio material e imaterial da cidade. Como as demais secretarias da gestão municipal, tem como desafio perene o enfrentamento das conformações geográficas, demográficas e socioeconômicas de um município de 1.521 km² de área e 12,33 milhões de habitantes. Diante desta paisagem é evidente o necessário desafio de escala que os órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo devem enfrentar. Bem como o desafio de pensar ações que não se restrinjam ao entendimento da cultura como campo homogêneo, mas como local de encontro, debate e disputa de entendimentos múltiplos — construtos de uma metrópole que contrapõe profundas diferenças socioeconômicas e heranças culturais das mais diversas.

O Mapa da Desigualdade 2020, realizado pela Rede Nossa São Paulo e pelo [Programa Cidades Sustentáveis](#), tendo como ano base 2019¹ aponta para uma

¹ <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/>

diferença de renda média, por família, de 72,5% entre famílias do distrito com maior renda (Alto de Pinheiros) e do distrito com menor renda média (Lajeado)². Do ponto de vista dos equipamentos culturais, o mesmo mapa indica a existência na cidade de 2,09 equipamentos por distrito. Porém, 18 distritos não têm nenhum equipamento cultural público, seja municipal ou estadual. Além disso, 70 distritos não têm sequer um centro cultural, casa ou espaço cultural. Ainda, 81 não tem museu; 73 não têm salas de show e concertos; 53 não tem cinemas; e 58 não tem teatros. Ampliando este panorama para a capilaridade que os equipamentos de educação possam representar para a área da cultura, temos os seguintes números: a média da cidade de matrículas no Ensino Básico em escolas públicas é 67,1%, segundo o Censo Escola. O índice municipal da vulnerabilidade socioeconômica das escolas (Índice do Nível Socioeconômico das Escolas – INSE) é de 56 – quanto maior o índice, menor é a vulnerabilidade socioeconômica da escola. No distrito do Morumbi, esse índice chega a 73, o que representa 1,5 vezes o distrito com o menor índice, República, cujo valor é 49,6.

Estes dados não são surpreendentes — embora extremamente preocupantes — e indicam que a desigualdade presente na sociedade também se reproduz no âmbito da Cultura. Diante do cenário apresentado, coloca-se o desafio de descentralização e viabilização do acesso aos bens culturais e a ampla promoção da produção cultural e sua circulação, sendo necessário reafirmar que Cultura não é apenas empreendimento. Embora tenha um impacto marcante e nada desprezível na economia — uma vez que a arte e a cultura geram R\$13,00 para os cofres públicos a cada R\$1,00 investido, segundo pesquisa de 2018 da Fundação Getúlio Vargas — não é seu caráter econômico que deve orientar a política cultural.

A Cultura é o campo onde se constrói o imaginário de uma cidade, onde se cria uma sintaxe que traduz as necessidades e potências dos coletivos, um espaço privilegiado de aprendizagem da convivência e da produção de outros horizontes, de disputa crucial em relação ao discurso desesperançoso e autoritário

² A renda média das famílias mais ricas é 3,6 vezes maior do que das famílias mais pobres. O distrito com melhor valor é Alto de Pinheiros (R\$ 9.591,93) e o com pior valor é Lajeado (R\$ 2.628,63).

que vivemos hoje no país. A Cultura é o lugar da invenção, da conexão e da manufatura de uma outra cidade possível. Pois se trata do lugar da compreensão do indivíduo no coletivo, da formulação de narrativas, da disputa discursiva e da crença na capacidade de elaboração por cada um dos munícipes, de soluções coletivas, que traduzam seus desejos. Trata-se da criação não apenas de uma rede com identidade produtiva, mas com nexos simbólicos e afetivos inscritos na cidade. A Cultura abre portas para a compreensão dos direitos do cidadão.

Isso posto, não circunscrevemos aqui apenas a urgência da viabilização da sobrevivência dos artistas e dos agentes da cultura (uma das áreas mais afetadas por essa pandemia), mas apontamos para a necessidade de compreender o campo da cultura como este campo de enredamentos essencial para a própria política: lugar onde se deseja, se projeta e se constrói o viver comum.

Assim, também, devemos criticar uma política que encarcere o fazer artístico e cultural na estrutura de mercado e que entenda a função da SMC apenas como produtora e orientadora, mas não como agenciadora do fazer incrivelmente plural da cidade e suas diversas periferias e centralidades.

As políticas de fomento têm este mérito. Não é possível negar a mudança radical do panorama cultural da cidade por meio do incentivo, a publicização e circulação dos fazeres culturais. Programas como VAI – Programa para a Valorização das Iniciativas Culturais, Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo, Fomento ao Teatro, à Dança, ao Circo, à Música e às Comunidades do Samba, para mencionar apenas os mais expressivos do ponto de vista de orçamento, possibilitam a descentralização e a aplicação direta pelos agentes criativos destas manifestações culturais de cerca de apenas 17% do orçamento da pasta que não representa nem 1,3% do orçamento geral do município³.

Não se trata aqui, todavia, de esticar o orçamento que já é mínimo para o atendimento de apenas alguns aspectos da SMC. Conhecemos a realidade

³ Valores obtidos no Programa de Metas 2021/2024 da PMSP

administrativa do órgão e atentamos para um desinvestimento severo no próprio corpo do órgão que configura-se como um projeto político. É patente o desmonte do Estado em benefício da iniciativa privada e de uma suposta panaceia do empreendedorismo no campo da cultura na cidade.

1. DESMONTE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS 2017 - 2020

Desde o início do mandato Dória-Covas no ano de 2017, a gestão da Secretaria Municipal de Cultura foi marcada por uma série de eventos conflituosos e de nítido desmonte das políticas culturais da cidade. Ainda que tivéssemos um decreto do Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura publicado em novembro de 2016, a gestão passou os quatro primeiros anos da gestão ignorando tais políticas elencadas nesse processo.

Em contraponto a isso, os movimentos culturais da cidade conquistaram na virada de 2016 para 2017 a instalação de uma Subcomissão de Cultura dentro da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de São Paulo, a fim de fiscalizar e mediar conflitos, e tentar algum tipo de diálogo com a prefeitura. Porém, mesmo com a Subcomissão, não foram raros os episódios de ataques aos direitos culturais e mesmo a políticas estruturantes, inclusive as previstas em leis municipais.

A primeira ação da prefeitura de João Dória, logo em janeiro de 2017, foi o apagamento de quilômetros de grafites na avenida 23 de Maio⁴, não levando em conta a própria lei de arte de rua. Após o repúdio do setor cultural, criam o MAR – Museu de Arte de Rua, desvirtuando conceitualmente o grafite, que por natureza é uma arte livre, para um conceito de arte restrita a museus e com regras que caminham no sentido oposto dos movimentos de arte urbana. Logo no início, também mudaram o formato das bibliotecas municipais, a partir de uma ideia de biblioteca livraria.

No mês de fevereiro de 2017, a gestão Dória cortou 43,5% do orçamento da cultura⁵, levando os movimentos culturais a organizarem manifestações

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/02/1889666-prefeito-joao-doria-congela-435-da-verba-municipal-destinada-a-cultura.shtml>

intituladas “Descongela a Cultura Já!”. Mesmo com as diversas reivindicações do setor, o orçamento se manteve num patamar reduzido. As projeções do Plano Plurianual (PPA) 2018 – 2021, planejamento governamental dos quatro anos de gestão, indicaram essa redução do que antes estava num patamar de mais de 1,15% para uma média de 0,8%.

Números do PPA⁶ para o orçamento da SMC:

- 2018 – R\$ 488.156.209 (0,85% do total do orçamento)
- 2019 – R\$ 469.174.440 (0,81%) — com a redução de 19 milhões
- 2020 – R\$ 518.572.879 (0,82%)
- 2021 – R\$ 526.387.588 (0,81%)

O orçamento da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC-SP) deve ser pensado pela porcentagem e não apenas por valores, em termos de qualidade de execução e não apenas de quantidades. De acordo com a Meta 1, ação 1.1 do Plano Municipal de Cultura⁷, o orçamento em 2021 já deveria estar no patamar de 2% mas atualmente é de 0,7%.

Em termos de execução, os dados e ações são preocupantes. Em 2020, o orçamento para cultura foi de R\$492 milhões, que equivale a apenas 0,71% do total do orçamento, e até outubro de 2020 a execução estava em apenas R\$228,4 milhões (53,57%). A execução das políticas culturais da SMC-SP também deve ser observada em termos de modelo e de entendimento sobre qual cultura querem promover e inclusive sobre os ataques ao setor. Em 2017, houve denúncias de perseguição a diversos coletivos, ocupações de cultura e movimentos culturais que estavam se opondo aos desmontes — inclusive um episódio amplamente divulgado na mídia onde o então Secretário André Sturm ameaçou um agente cultural⁸ de uma das ocupações culturais da Zona Leste que até então era apoiada pela SMC.

Não bastassem os ataques e desmontes, a prefeitura tucana atuou de maneira equivocada e desinteressada em relação à legislação de cultura. Vetaram

⁶ <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/plano-plurianual-ppa-2018-2021>

⁷ <https://issuu.com/smcsp/docs/pmcs2016>

⁸ <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/secretario-de-doria-ameaca-agente-cultural-em-reuniao-vou-quebrar-sua-cara.ghtml>

a aprovação de leis de cultura aprovadas na Câmara Municipal como por exemplo o programa VAI Idoso, Lei dos Mestres da Cultura Tradicional e nunca implantaram a Lei Ruas Abertas aprovada logo no início da gestão.

Como mencionado anteriormente, a prefeitura não implantou o Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura (PMC), de acordo com o decreto de novembro de 2016, que prevê um planejamento para orientar as políticas culturais da cidade pelos próximos dez anos através de diretrizes, metas e ações, formulado em diálogo com a sociedade civil em consultas públicas — uma questão prioritária para os movimentos culturais. As 96 ações do plano não andaram, muito pelo contrário: desandaram. Mesmo com a cobrança dos movimentos culturais da cidade, nunca houve nenhum tipo de prestação de contas em relação a isso por parte da gestão. Não foi regulamentada a lei do Fundo Municipal de Cultura, aprovada em lei em 2015 e a rubrica do fundo na LOA (Lei Orçamentária Anual) nunca teve orçamento para execução. A 3ª Conferência Municipal de Cultura, que deveria ter acontecido em 2017, nunca foi realizada e não incentivaram a aprovação do projeto de lei do Conselho Municipal de Política Cultural — em pauta desde 2015 e reivindicada pelo setor.

Os fomentos, inclusive os aprovados como leis, sofreram diversos ataques e desmontes nesses quatro anos. Alguns tiveram uma ampla redução de recursos e de número de projetos contemplados. Outros simplesmente deixaram de existir. O programa Cultura Viva Municipal, por exemplo, que chegou a contemplar 85 Pontos de Cultura em 2014, não teve efetiva continuidade de investimento. A única ação na gestão Tucana foi um edital, utilizando recursos remanescentes do edital anterior, que contemplou apenas 18 Pontos. O Programa Aldeias, além de ter uma redução nos investimentos do Programa, perdeu o conceito principal de integrar programas de várias secretarias a fim de atender às aldeias indígenas da cidade. O Programa VAI viu uma drástica redução no número de contemplados, ao longo dos anos. Não tivemos mais editais específicos para populações mais vulneráveis, como editais para pessoas trans e para imigrantes refugiados como tivemos em gestões passadas.

No que se refere ao carnaval de rua, São Paulo teve um grande crescimento desde o início da política de cadastramento de blocos, em 2014, até os dias de hoje. O cadastramento, que facilitou a burocracia para que os blocos pudessem

realizar seus desfiles, em seu primeiro ano de aplicação teve 169 blocos inscritos⁹. Em 2020, foram 644 blocos inscritos, um aumento de 380% desde o início do cadastramento. Nesse ano, a festa arrecadou 2,6 bilhões, atraindo 15 milhões de foliões¹⁰. Portanto, faz-se necessário repensar o Carnaval de Rua como política pública de maneira que a administração consiga lidar melhor com seu gigantismo, mantendo seu caráter popular, democrático, público, descentralizado e diverso. Os números avantajados da festa não podem se sobrepor ao caráter original da manifestação que envolve direito à cidade, cultura de resistência de comunidades e manifestação livre.

Hoje o carnaval de rua não possui a segurança da lei, sendo regulamentado todo ano por decreto do prefeito, sujeito a mudanças a cada gestão. O PL 01-00298/2016¹¹ que institui e disciplina o Carnaval de Rua precisa ser atualizado e votado, transformando o Carnaval de Rua em política municipal perene. Há pouca referência à festa e a linguagem no Plano Municipal de Cultura, que deve inserir o tema de maneira mais abrangente e atualizada. Nos últimos anos, o carnaval de rua gerido pela Secretaria Municipal de Cultura foi marcado por processos judiciais¹², falta de transparência e diálogo com seus interlocutores¹³.

Conclui-se, portanto, que a prefeitura de São Paulo, em sua última gestão e ainda atualmente, trata a Cultura como setor acessório, sem interesse na pluralidade, na descentralização e nas políticas de fomento. Trata-se da continuidade de um plano de desmonte das políticas públicas culturais municipais num momento em que a Cultura é um recurso essencial para a resistência da população aos sofrimentos e impactos da pandemia.

⁹ <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1536351-prefeitura-de-sp-inicia-cadastro-de-blocos-de-carnaval.shtml?cmpid=menupe>

¹⁰ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/01/28/com-recorde-de-blocos-carnaval-de-rua-de-sp-deve-atrair-15-milhoes-de-pessoas-e-movimentar-r-26-bilhoes-diz-prefeitura.ghtml>

¹¹ <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0298-2016.pdf>

¹² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/13/ministerio-publico-investiga-irregularidades-em-patrocínio-do-carnaval-de-rua-de-sao-paulo.ghtml>; <https://ponte.org/prefeitura-de-sp-explorou-populacao-de-rua-para-montar-carnaval-segundo-denuncia/>

¹³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/07/lideres-de-blocos-criticam-organizacao-do-carnaval-de-rua-de-sp-em-carta-e-prefeitura-marca-reuniao.ghtml>

2. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CULTURA

São Paulo tem milhares de trabalhadores e trabalhadoras da cultura que tiram seu sustento das inúmeras iniciativas culturais da cidade e que com a pandemia de COVID-19 viram suas principais atividades econômicas serem paralisadas. Cerca de 5,2 milhões de pessoas dependem totalmente das atividades culturais, muitas dessas informais, conforme dados do [IBGE](#) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2018¹⁴. Além desses trabalhadores e trabalhadoras da cultura, existe toda uma cadeia produtiva que foi afetada, sem falar no impacto para a população que usufruía e frequentava os inúmeros espaços, programas culturais e atividades artísticas.

Em 2019, foi feita uma pesquisa sobre o comportamento cultural do paulistano¹⁵, que constatou que o cinema é a atividade que a população mais frequentou, com 55%, em segundo lugar, as festas populares e de rua, com 34% e, em terceiro lugar, em patamares muito próximos, estão shows (30%), feiras de artesanato (29%) e centros culturais (27%).

Se olharmos para as principais atividades frequentadas pelo paulistano, antes da Pandemia, é fácil perceber que, com as restrições sanitárias impostas pela necessidade de refrear o contágio acelerado do coronavírus, todas as atividades presenciais do setor foram interrompidas, muitas inclusive canceladas e parte significativa sem alternativa de realização através de tecnologias e da internet, pois só poderiam ser realizadas presencialmente. Portanto, a cultura é certamente um dos setores mais atingidos economicamente pela pandemia, um dos primeiros a parar, devido a impossibilidade de aglomerações, e será, provavelmente, um dos últimos a retomar a regularidade das atividades e sair da crise.

¹⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior#:~:text=SIIC%202007%2D2018%3A%20Setor%20cultural,anterior%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20de%20Not%C3%ADcias%20%7C%20IBGE>

¹⁵ <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/04/09/analise-pesquisa-viver-em-sao-paulo-cultura-na-cidade/>

A insuficiência de recursos para investir em tamanha produção, a precarização e o descaso dos governos com o setor cultural no país não se iniciaram com a pandemia, mas se agravaram e escancaram com ela. Desde o golpe de 2016, com a chegada de Temer ao Governo Federal, o setor vem sofrendo sucessivos ataques, a começar pelo fim do Ministério da Cultura, passando pelas inúmeras trocas das chefias dos órgãos públicos federais, cortes de editais, mudança nas regras de incentivo, entre outros, que seguem com Bolsonaro na presidência.

Em 2020, o setor cultural do país perdeu 458 mil postos de trabalho formais e informais quando comparado ao último trimestre de 2019, ainda que as perdas tenham sido minimizadas com a implementação da Lei Aldir Blanc, pois segundo pesquisa do Observatório Itaú Cultural¹⁶, o impacto seria de 870 mil empregos — preservando, assim, 412 mil empregos. No final de 2019, eram 7,1 milhões de pessoas trabalhando na cadeia da cultura, já no fim do ano passado eram 6,7 milhões.

Segundo a mesma pesquisa, o campo da tecnologia ligado à cultura gerou 115 mil vagas de trabalho, um aumento de 24% em relação ao ano anterior. As lives, peças em plataformas digitais, apresentações pelo youtube, exposições online — e demais produtos artísticos desenvolvidos enquanto alternativa para a situação de isolamento — garantiram sobrevivência a algumas áreas e artistas, mas demandou profissionais especializados na área da tecnologia e internet, acabando por aumentar as discrepâncias socioeconômicas, tanto em relação aos fazedores de cultura, quanto do ponto de vista de quem frui, uma vez que as condições de acesso à internet ainda são muito limitadas ou de baixa qualidade para grande parte da população paulistana.

Conforme uma pesquisa da Unesco¹⁷, para avaliar os impactos da Covid-19 no campo da cultura e criatividade do país, esses segmentos movimentam R\$171,5 bilhões por ano. Em São Paulo, os setores representam 3,9% do PIB do

¹⁶ https://issuu.com/itaucultural/docs/obs28_final_issu

¹⁷ <https://pt.unesco.org/news/lancamento-da-pesquisa-nacional-percepcao-dos-impactos-da-covid-19-nos-setores-culturais-e>

estado e geram 1,5 milhão de empregos. Uma pesquisa da FGV¹⁸, referente à mesma temática, captou o pessimismo dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura: 63% dos respondentes ligados ao campo das artes cênicas afirmaram ter perdido toda sua fonte de renda, no primeiro semestre de 2020. Ainda conforme a mesma pesquisa, 88,6% disseram que tiveram queda no seu faturamento; 63,4% que não conseguem realizar suas iniciativas enquanto estiverem em voga as medidas de isolamento; 50% viram seus projetos serem suspensos; 42% cancelados; e 38% perderam patrocínios.

A cidade de São Paulo, ainda que não reproduza a sanha autoritária do Governo Federal, desde a eleição de Dória, concentrou esforços em grandes eventos, mais do que na descentralização dos recursos, na formação e fomento das artes, e não conseguiu apresentar uma política cultural efetiva, plural e com enraizamento em toda a cidade. Mesmo diante desse cenário agravado por conta da pandemia, as iniciativas públicas de apoio à classe artística foram insuficientes para garantir a sustentabilidade de espaços culturais e a sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras da cultura, com projetos embargados e ausência de aprovação de um auxílio emergencial de implementação rápida e eficaz.

O edital emergencial *Tô me Guardando*, por exemplo, teve dificuldade de completar seus inscritos e também sofreu judicialização¹⁹, deixando os blocos em uma situação vulnerável, não apenas devido à pandemia e às dificuldades financeiras, mas também pelo risco de responderem judicialmente. A gestão do carnaval de rua da SMC tem sido marcada por processos judiciais, falta de transparência e diálogo — uma lógica que se repete também no enfrentamento do setor cultural dedicado ao carnaval mediante a ausência do carnaval 2021.

O PL 343 — uma das principais reivindicações dos movimentos culturais atualmente — que prevê a criação de um Programa Municipal de Emergência Cultural da Cidade de São Paulo que atenda trabalhadores e trabalhadoras da cultura, organizações culturais e equipamentos comunitários, foi apresentado em maio de 2020 e aprovado em primeira discussão em agosto do ano passado, mas

¹⁸ https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/economicriativa_formatacaosite.pdf

¹⁹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2021/noticia/2021/02/17/justica-suspende-carnaval-virtual-promovido-pela-prefeitura-de-sp-que-iria-ate-28-de-fevereiro.ghtml>

segue parado até agora. É urgente sua imediata aprovação e execução no momento presente, um dos mais graves de toda a pandemia. Apesar da relevância da pauta, essencial para a sobrevivência do setor cultural em São Paulo, a Secretaria Municipal de Cultura se nega ao diálogo e tem se ausentado de audiências públicas da Câmara Municipal — que contam com a participação dos movimentos culturais.

Durante toda a pandemia, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura só foram atendidos em caráter emergencial pela Lei Aldir Blanc, uma ação federal, fruto da mobilização da sociedade civil e parlamentares realizada em nível nacional, na qual os recursos só foram disponibilizados aos atendidos em janeiro de 2021. Embora a lei tivesse o intuito de desburocratizar e descentralizar, sua efetivação em São Paulo não se deu como pretendiam seus idealizadores. A execução da lei em São Paulo não garantiu um mapeamento prévio eficaz do setor cultural, ignorando a ferramenta do SP Cultura, por exemplo, e a realização de uma busca ativa qualificada para garantir a democratização e o acesso às periferias da cidade e aqueles que são excluídos digitalmente. Consideradas as restrições à internet e às tecnologias na cidade, a ausência dessa política impediu que fossem criadas políticas culturais mais assertivas e democráticas, sobretudo que contemplem espaços culturais e trabalhadores e trabalhadoras da cultura que já eram excluídos, mesmo antes da pandemia, das políticas públicas culturais.

Com relação aos espaços culturais, a proposta da lei era garantir um recurso para quem não conseguiu pagar as contas na pandemia, o IPTU. No entanto, em São Paulo, considerou-se apenas daqui em diante, e não os estragos causados anteriormente. Dentre as 5.136 inscrições, 1.084 foram para a modalidade de manutenção de espaços culturais e 4.052 para profissionais da cultura, com menos de 4% dos pontos de cultura da cidade contemplados. A destinação dos recursos foi majoritariamente para editais, sem nenhuma proposta de financiamento que contemple diretamente grupos e coletivos, como previsto na lei federal, criando uma concorrência indesejável, além de adotar alguns critérios subjetivos de ‘mérito’ em alguns casos. Com relação ao cadastramento, a divulgação foi falha e houve uma demora para sua abertura, com complicações de entendimento, além de um período muito curto para a realização das inscrições, ampliando as condições de desigualdade.

Apenas agora, um ano após o início da pandemia, com centenas de espaços de portas fechadas, a Secretaria Municipal de Cultura apresenta um Edital de Apoio à Casas Noturnas e Espaços Culturais²⁰ com orçamento de R\$10 milhões e o objetivo de atingir cerca de 200 espaços culturais de pequeno e médio porte, comprovando a insuficiência e a ação tardia da prefeitura em relação a demanda e a enorme quantidade de espaços culturais na cidade.

O edital faz parte do Plano de Amparo a Cultura que, além deste edital, prevê a antecipação e garantia dos fomentos, criação de chamados de programação e antecipação do PROMAC - ou seja, praticamente a própria execução do orçamento anual previsto anteriormente que, no entanto, está sendo divulgado como uma injeção de R\$100 milhões em medidas de socorro ao setor cultural.

Tendo em vista o quadro de caos no setor da cultura e a ausência de políticas públicas à altura das demandas apresentadas em um dos momentos mais graves da pandemia, são necessárias medidas emergenciais a serem implementadas com rapidez e que acessem, de fato, quem mais foi afetado. Apontamos a urgência da aprovação do PL 343 de emergência da cultura, com a implementação de um auxílio emergencial municipal e a necessidade de um mapeamento institucional que analise os impactos da pandemia na capital paulista e viabilize melhores condições para a implementação de políticas públicas culturais eficazes.

No que se refere à política audiovisual da Prefeitura de São Paulo, a atuação da Spcine (onde está concentrada sua ação) no maior centro de produção audiovisual independente do país é fundamental — tendo em vista os pequenos investimentos estaduais no setor e a atual paralisação da ANCINE/FSA (responsáveis pelos incentivos federais). Entretanto, os recursos da Spcine previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 16 milhões estão contingenciados e apenas 6 milhões foram liberados, sendo que a maior parte desse dinheiro deve ser destinada à recomposição do capital da empresa, o que inviabiliza sua atuação.

Sendo assim, é urgente a liberação do orçamento contingenciado e a criação de um Fundo para consolidar e perenizar a fonte de recursos para a

²⁰ <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=29382>

atividade fim da Spcine; além do lançamento imediato de um Edital para Desenvolvimento de Roteiros (viável durante a pandemia), e a preparação de outros para Produção e Finalização, visando a retomada e continuidade da atividade tão logo isso seja possível.

Faz-se necessária a revisão, aprimoramento e reformulação das Políticas Afirmativas da Spcine, mediante consulta às entidades de profissionais do setor; a revisão e reformulação das condições draconianas de licenciamento para VOD da SpcinePlay e a atuação da Secretaria Municipal de Cultura na crise que atravessa a Cinemateca Brasileira — que ocupa imóvel cedido pelo município.

Diante do cenário exposto, cabe concluir que a atual Secretaria de Cultura da gestão PSDB, segue sua política administrativa histórica, em relação à cidade e ao estado de São Paulo também, sob uma perspectiva de investimentos e políticas públicas que reforçam as desigualdades sociais, orientadas por uma concepção de cultura vista como mercadoria, precarizando o orçamento e as políticas públicas culturais conquistadas historicamente pela classe artística — que objetivam a descentralização de recursos e a valorização do bem comum — esvaziando e enfraquecendo mecanismos de participação popular que assegurem transparência, pertencimento e controle social. O início do mandato Covas não tem nos dado qualquer sinalização de mudança nesse rumo e peca em não dar respostas rápidas e efetivas para garantir condições de sobrevivência do setor em uma pandemia que causou impactos irreversíveis à cultura paulistana.

Gabinete Paralelo

Guilherme Boulos

Coordenação

Camila de Caso

Marco Antônio Rocha

Marina Mattar

Equipe Técnica

Alessa Bacellar Camarinha

Francisco C. Martins

Gabriel Medina

Gil Marçal

Inti Queiroz

Maria Tendlau

Ricardo Mello

Salloma Salomão Jovino da Silva

Vivian Valente

